

Destaques da Imprensa

A GUERRILHA DO ARAGUAIA: VERSÕES DUVIDOSAS

São os perdedores que escrevem a história ou a contam, a seu modo, nas salas de aula, nos órgãos de comunicação social, que dominam, nos parlamentos com minorias envolventes.

A falta de apoio popular às guerrilhas urbanas, de Marighella e Lamarca, foi decisiva para a derrota dos comunistas na luta armada que empreenderam entre 1967 e 1975. O mesmo se deu, antes, em 1966, com os nacionalistas revolucionários de Brizola e socialistas (financiados por Cuba), no fiasco de Caparaó na fronteira de Minas Gerais com Espírito Santo, presos sem dar um só tiro. Já a guerrilha do Partido Comunista do Brasil (PC do B), na floresta do sudeste do Pará, no Araguaia, seguiu o ensinamento de Régis Debray, o *foquismo*. Buscou o apoio popular. Chefiados pelo paraense Amazonas Pedroso, já sexagenário e rompido com Prestes, os stalinistas, desencantados com o *revisionismo* de Kruschey, transferiram seu modelo para a Albânia, o mais subdesenvolvido país da Europa. Não chegavam a setenta, entre eles alguns jovens que haviam interrompido curso superior - um de medicina, Haas, outro, como José Genoino, universitário cearense. A rádio de Tirana, a capital, fazia a propaganda da guerrilha e mentia a valer.

Relacionaram-se eles efetivamente com uma população desprovida de toda assistência, particularmente de saúde e educação, e da qual os governos eram totalmente ausentes. Conquistaram os pobres, que pobres eram praticamente todos na região hoje próspera do Pará Meridional. De resto, padres que lá atuavam, já desavindos com o governo militar, eram-lhes simpáticos e envolveram o bispo de Marabá. O foco guerrilheiro frustrou Médici de entregar ao seu sucessor o País totalmente democratizado, como prometera em seu discurso de posse. Enquanto seus generais haviam desbaratado a guerrilha urbana (e daí o ódio que os vencidos lhe devotam), a do Araguaia só veio a ser vencida no mandato de Geisel.

O Exército, que tentara eliminar o foco, só mais tarde viria a aprender como fazê-lo. Milhares de soldados antes empregados como se se tratasse de uma guerra convencional - pára-quedaistas inclusive - haviam fracassado. Pequenos grupos infiltrados na floresta, bem informados sobre o inimigo e adestrados para o combate a curta distância, foram, afinal, vitoriosos em janeiro de 1975. A atuação dos quadros de contra-insurreição deixou cicatrizes na população. A repórter Sônia Zeghetto, de *O Liberal*, recentemente publicou entrevista cheia de simpatia pelos guerrilheiros do PC do B e de agravos ao Exército, obtidas na Região do Araguaia, que foi o Teatro de Operações da guerrilha.

Não há nenhuma referência elogiosa, sequer caridosa, aos militares que morreram ou foram gravemente feridos na luta. A reportagem fala de *torturas, espancamentos, remorsos de delatores*. Relatos absurdos. Um diz que o corpo do comunista histórico Grabois ficou insepulto até ser comido pelos bichos. Pior: O pessoal do Exército, quando passava por ele, levava um dedo como recordação. Ou um cacho de cabelo. Os militares que enfrentavam os comunistas passam, pois, por sádicos monstruosos a mutilar o cadáver abandonado na floresta, reduzido, afinal, aos ossos.

Enquanto isso, outras testemunhas se condoem dos guerrilheiros. Um diz: *Não eram terroristas. Só pensavam diferente*. Outro: *O mais chocante era a violência do exército contra um grupo de esfarrapados, esfacelado e mesmo assim impiedosamente massacrado*. Outro corrobora: *Não ofereciam perigo algum. Não sei porque mataram esses coitados. Não eram brasileiros como nós? Eles davam remédios, arrancavam dentes e fizeram até um parto na floresta*. Uma comerciante diz ter recebido a visita de um Capitão, que se vangloriava de ter matado uma guerrilheira porque cuspira na cara de um Coronel durante uma investigação.

A sucessão dessas respostas à repórter induz a uma errônea conclusão, dos que nelas vierem a basear-se para julgar os fatos: os guerrilheiros não teriam feito mal a ninguém, só pagaram o preço de pensar diferente do governo e foram cruelmente mortos pelos militares do Exército, sádicos, perversos e covardes, que trucidaram um grupo de esfarrapados brasileiros como nós. Dos guerrilheiros não se diz que assas-

sinaram colonos informantes do Exército, nem para que pretendiam tomar o poder pela força. Para derrubar um governo transitariamente autoritário e edificar a democracia? Ou, adeptos fervorosos de Stalin, para erigir uma ditadura, essa sim totalitária, nos moldes da que esmagou as liberdades na União Soviética por 72 anos? Que o suposto grupo de esfarrapados, um exército de Brancaleone, estava bem armado, bem adestrado, com excelentes atiradores, que fizeram mortos e feridos?

Não é só de antigos moradores do Araguaia, porém, que surge essa imagem da luta do Bem (os guerrilheiros bondosos) contra o Mal (os militares do Exército), um maniqueísmo primário e ridículo. Até de militares que integraram as forças legais surgem *testemunhos* que só a elas comprometem. Um soldado do Batalhão de Caçadores de Goiânia, que combateu inicialmente a guerrilha, disse em entrevista ao *Correio Braziliense nunca ter visto um guerrilheiro abatido na selva. Mas viu dois padres de Xambióia degolados numa cela do Exército na cidade*. Puro delírio! Imagine-se o que teria feito o Vaticano em defesa de seus *mártires!* Qual teria sido a repercussão no exterior, na imprensa internacional que certamente teria tido informação imediata, a revolta de nossos bispos da CNBB e a força com que a Igreja, como um todo, afrontaria o governo.

De tudo o que vem acontecendo, há que tirarmos lições. Uma, a de que a contra-insurreição ganhou a luta armada - uma luta suja de ambos os lados, à moda dos franceses na Argélia - e perdeu a batalha da comunicação. Hoje, paradoxalmente, são os perdedores que escrevem a história ou a contam, a seu modo, nas salas

de aula, nos órgãos de comunicação social, que dominam, nos parlamentos com minorias envolventes, na comissão do governo que indeniza comunistas abatidos em luta aberta e despreza os mortos por eles. Entrementes, não têm voz os que cumpriram o seu dever, muitos com sacrifício até da própria vida. O silêncio os deixa perante a história como se criminosos hajam sido por haverem combatido os que quiseram fazer do Brasil a cobiçada jóia do movimento comunista internacional na América Latina.

Reprodução de artigo publicado no *Correio Braziliense*, edição de 26.06.01, e assinado pelo Coronel Jarbas Passarinho, Presidente da Fundação Milton Campos.

ARMAS E GUERRAS ÉTICAS?

O livro *A volta do inimigo*, de Roberto Toscano, tem como subtítulo *A derrota da ética nas relações internacionais*. Toscano é diplomata italiano com atuação em áreas estratégicas, sobretudo de análise e programação. Outro italiano, o cineasta Ermanno Olmi, diz que seu último filme é sobre *o fim da nobre arte de guerra*. Quartel-General da OTAN no Mediterrâneo, a Itália tornou-se cabeça-de-ponte de intervenções na África e nos Balcãs.

Foi um horror a Primeira Grande Guerra. Combates corpo a corpo, carnificinas imobilizadas em trincheiras, emprego de armas químicas (não se guerreia com veneno, diziam os romanos) e campos de batalhas com massas humanas expostas a baionetas e balas. Mas eram soldados que *cumpriam seu papel*, disse um historiador. Os mortos civis ficaram abaixo dos 10% do

total. Na Segunda, subiram para 50%. Na do Vietnam, mais de 90%. Nos bombardeios da Iugoslávia, 2 mil. Não existem estatísticas de mortos militares, de tão poucos. As guerras se tornam matanças de civis.

O martírio da Bósnia ressuscitou a idéia de *guerras justas*. Era preciso punir sérvios *terroristas e incivilizados*. As ações humanitárias, dizia-se, perdiam o sentido. Proteger o povo da Bósnia com negociadores e observadores desarmados seria missão impossível. Sem o emprego de armas, nada feito. A exarcebação desses impulsos levou à guerra de aviões e foguetes da OTAN contra a Iugoslávia e à ocupação militar do Kosovo. O diplomata italiano presenciou tudo isso e constatou a *expulsão sistemática da ética do campo das relações internacionais*.

Os acordos de Dayton, formato da Bósnia pós-guerra, refletiram a substituição do *justo pelo possível*. Ou pela moldagem ocidental. Ela foi imposta a delegados fechados numa base militar americana, de onde só poderiam sair com papéis assinados. Até Milosevic, agora respondendo por crimes de guerra, foi convocado. Mas faltou à nova nação, hoje aos pedaços, o pilar de uma paz verdadeira. Toscano fala da escassa governabilidade de um mundo em desordem. Sustenta que mais vale prevenir, com diplomacia e fundações seguras, do que recorrer às armas.

Kosovo teve um forte componente ético, os direitos da maioria albanesa. Mas os sérvios foram tratados como animais depois da guerra. Embora minoria, também têm direitos. Os albaneses, donos de máfias que enchem os países europeus de imigrantes ilegais, não tardaram, em boa parcela, a mostrar as caras de bandidos. E

sob proteção internacional. Fazem tráfico de seres humanos, entre outros negócios sinistros, como partes de ampla rede do crime organizado que fatura 7 bilhões de dólares por ano. Nos Balcãs estão os corredores mais movimentados. Criou-se um monstro. A própria OTAN, enrascada com seu albanismo, admite.

Aviso de Toscana: avançar sob bases pragmáticas ou ditadas por idiosincrasias, sem encarar problemas morais, é o mesmo que conduzir um veículo sem saber para onde. Depois da ocupação de Kosovo, os albaneses foram em cima da Macedônia em busca de uma grande Albânia. Em Kosovo constatou-se afinal o uso, por parte da OTAN, de armas revestidas de urânio empobrecido. Torrente de denúncias sobre suspeitas de pessoas de vários países, ex-soldados das tropas de paz, com doenças provocadas por contaminação radioativa. Armas empregadas também na Somália, no Golfo Pérsico e provavelmente em outros cantos do mundo.

Fazem parte do arsenal de rotina da OTAN e seus defensores garantem ter justificativa ética. Elas abreviam guerras e reduzem baixas. Trumam usou o mesmo argumento em defesa dos bombardeios atômicos de Hiroxima e Nagasaki. O Japão declarou-se derrotado sem a necessidade de um desembarque de tropas com mortes a granel e combates sangrentos esticados. Mas não se apagaram até hoje as marcas de crueldade extrema. Por mais eficientes que sejam, do ponto de vista bélico, as armas de urânio carregam esse mesmo estigma.

Armas de destruição maciça atrás de sustentação ética, como no caso do National Missil Defense, o NMD dos Estados Unidos. Projeto de construção de um

escudo espacial de defesa contra foguetes. Teria a nobre missão de proteger populações civis de ataques terroristas. Mera hipótese de que *rogue states*, os estados malfeitores, ou irresponsáveis, no jargão de Washington, tipo Líbia ou Irã, terão algum dia capacidade nuclear ofensiva. Riscos de desmontagem da complexa rede de controle armamentista tecida a duras penas ao longo da falecida (?) Guerra Fria.

A primeira vítima seria o ABM, o tratado de 1972 proibindo a instalação de sistemas antifoguetes, como o NMD. *O ABM é relíquia do passado*, segundo a Casa Branca e o Pentágono. Mas as 6 mil ogivas russas não são e o tratado é tido por especialistas como garantia de estabilidade estratégica. Ele assegura o princípio da mútua destruição. Qualquer ataque com armas de destruição maciça sofrerá retaliação por parte de países que contem com armas de igual magnitude. A impunidade, ou a proteção de um escudo espacial, liberará a tentação de atacar primeiro.

A China tem 20 foguetes em condições de alcançar o território americano. São armas de dissuasão. Se o National Missil Defence tornar-se realidade, deixarão de ser.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 02.07.01, e assinada pelo jornalista Newton Carlos.

QUEBEC E A RESISTÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO

No mundo atual, muitos problemas tornaram-se imediatamente globais, impossíveis de serem resolvidos por meio de políticas nacionais isoladas. Os mercados se globalizaram, o meio ambi-

ente não conhece fronteiras, os meios eletrônicos de comunicação muito menos.

Inúmeros tratados internacionais foram aprovados na segunda metade do século XX nas áreas ambiental, científica, cultural, econômica, social e criminal.

Os impactos da globalização reorientam o Estado e os interesses das elites dominantes, conferindo-lhes perspectivas não territoriais e extra-nacionais. O Estado reformula seu papel em função de variáveis econômicas externas, como expansão do comércio mundial, políticas macroeconômicas e maior mobilidade internacional do capital. A mentalidade das elites dominantes se desterritorializou a tal ponto que mesmo a segurança é definida mais em termos da economia global do que em relação à defesa da integridade territorial.

Dessa forma, em face das graves implicações sociais da globalização econômica, nem o Estado nem o mercado estão interessados em incentivar a mobilização popular, mantendo a cidadania passiva e apolítica. Coube à sociedade civil, voltada para a defesa do interesse público, a tarefa de mobilizar as energias cívicas da população para defender, no plano transnacional, os princípios da cidadania fertilizados com os ideais de democracia política, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental.

Surgiu, assim, em todo o mundo, um sem-número de associações de militantes idealistas que oferecem resistência à globalização dominante, propondo uma globalização alternativa, um projeto emergente de construir uma sociedade civil global visando à democratização das relações internacionais.

Um dos principais objetivos desses atores não estatais é assegurar normas que regulem as operações das empresas transnacionais. Um dos cenários desse confronto tem sido as Nações Unidas, com suas conferências globais sobre temas sociais, econômicos e ambientais, onde essas associações civis transnacionais tiveram intensa participação. Hoje, organizações como Anistia Internacional ou Greenpeace, por exemplo, têm mais poder no cenário internacional do que a maioria dos países.

Todas essas manifestações de protesto realizadas nas reuniões internacionais de Seattle, Washington, Montreal, Genebra, Praga, Nice, Davos e, agora, Quebec são demonstrações da resistência à globalização autoritária por parte do movimento mundial de cidadãos. Elas apontam, sem dúvida, para o fortalecimento transnacional da sociedade civil, de que o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, foi um bom exemplo.

Trabalhando de forma mais constante e menos ruidosa, milhares de organizações da sociedade civil pressionam diariamente as instâncias internacionais de tomada de decisões, transmitindo-lhes suas próprias posições com o objetivo de confrontá-las com os interesses dos governos e das corporações transnacionais.

Segundo o professor Boaventura de Souza Santos, os protestos contra a (des)ordem neoliberal global constituem uma afirmação vigorosa de que as lutas democráticas transnacionais já são hoje um pilar importante do sistema político internacional. Para ele, a grande maioria dos manifestantes protesta contra a globalização predadora, protagonizada pelo capitalismo global, mas em nome de uma globalização

alternativa, mais justa e equitativa, que permita uma vida digna e decente à população mundial, e não apenas a um terço dela.

O próprio presidente do Banco Mundial, na reunião de Praga, afirmou: *Algo está errado se os 20% mais ricos da população mundial recebem mais de 80% do rendimento mundial. A continuar essa situação - em que mais de metade da população mundial vive com dois dólares por dia, até menos - o mundo caminha para um colapso social.*

Uma das propostas mais importantes desse movimento mundial de cidadãos é a aplicação da Taxa Tobin, que prevê a cobrança de 1% sobre cada transação financeira para fins sociais. Segundo os membros da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajudar os Cidadãos), 0,05% seria suficientes para cobrir duas vezes as necessidades fundamentais da humanidade.

As organizações da sociedade civil assumiram assim a postura de um contrapoder ao executivo global formado pela OMC, o Banco Mundial, o FMI e a OCDE, o qual decide soberanamente, sem qualquer abertura democrática, acerca do destino de todos os habitantes do mundo. Expressaram, das formas mais diversas, a demanda por justiça e igualdade que irrompe em contrapartida ao processo de globalização. Constituíram-se em uma fiscalização essencial em meio ao poderio das organizações internacionais e notadamente das empresas multinacionais.

A repressão policial às manifestações de protesto em Quebec, como as anteriores, constitui apenas a ponta do iceberg. A ascensão de novas forças sociais no plano mundial demonstra que os Estados não detêm o monopólio da esfera pública e

que, ao contrário, existem formas não estatais de governança que podem ser usadas para promover a democracia e o desenvolvimento sustentável, regular o mercado e defender a civilização contra a barbárie.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 07.05.01, e assinada pelo Sociólogo e Professor Liszt Vieira.

CHINA BASES PARA NOVA SUPERPOTÊNCIA

Encerrou a China o ano, o século e o milênio deixando estabelecidas sólidas bases para reconquistar, no futuro não muito distante, a hegemonia perdida a partir do século XVI. O ciclo histórico da fantástica recuperação da milenar nação asiática começou exatamente na metade do século passado, com a chegada ao poder do líder comunista Mão Tsé-tung, em 1950, que eliminou os resquícios da retrógrada dinastia imperial da minoria manchu, além de expulsar as forças colonialistas japonesas e o exército contra-revolucionário de Chiang Kai-chek. Quase 30 anos depois, em 1979, o Vice-Primeiro-Ministro Deng Xiao-ping, exilado em Paris, comandava uma nova revolução, esta de origem pacífica, mas que alterou radicalmente não só as estruturas econômicas mas também os próprios costumes da população. Porém, o lado positivo do antigo sistema - quanto a educação, saúde e assistência social - não só foi mantido como até aperfeiçoado.

Para justificar as modificações propostas, particularmente junto aos radicais do Partido e do Exército Vermelho, o genial Deng criou uma série de significativas expressões, como *economia socialista de*

mercado e economia de mercado com características chinesas. Mas a que não só convenceu o povo chinês da necessidade das reformas sob qualquer regime, e ganhou o mundo, foi a célebre *não importa a cor do gato, contanto que coma o rato*. Com essa política de persuasão, mas de firme aplicação, Deng (falecido em 1977) deixou implantada uma renovada, eficiente e irreversível estrutura, com reais condições, ainda nesta década, de até superar os Estados Unidos como superpotência econômica, segundo admitiu o próprio Departamento de Comércio americano.

Mantendo a ininterrupta expansão registrada desde a abertura decretada por Deng, em 2000, a economia chinesa voltou a crescer de forma expressiva, com o Produto Interno Bruto elevando-se 8,2%. Com suporte dos pontos-chave da abertura - investimento estrangeiro e exportação - praticamente todos os setores econômicos, abrangendo agricultura, comércio e indústria, apresentaram resultados satisfatórios, alguns deles marcas mundiais. Ainda segmento fundamental para a economia do país, a agricultura está sendo reestruturada, com a introdução de novas tecnologias e seleção de culturas. Com base na eficiente reforma agrária implantada - contrato de responsabilidade, assegurando a produção e venda livre da colheita continuou a China na liderança mundial do setor, com safra de cereais em torno de 460 milhões de toneladas (o dobro dos EUA). O verdadeiro milagre é que a China, com apenas 7% da área agricultável, alimenta 22% da população terrestre. Dentro da nova política, estão sendo substituídas antigas plantações pouco rentáveis de milho e arroz por culturas de maior valor (nutritivo e financeiro) como trigo e colza.

No ano passado, apresentaram crescimento médio de 6% as produções de carne, aves, ovos e de frutos do mar (peixes, camarões e mariscos), também lideradas pela China. Com excepcional colheita de 59 milhões de toneladas, tornou-se a China a maior produtora mundial de frutas. A grande novidade, aperfeiçoada pelos cientistas chineses, é o aproveitamento da água do mar para o cultivo de vários cereais, como trigo e arroz, e oleaginosos, como soja. Mais de 300 mil hectares de plantações litorâneas nas províncias de Shangdong, Hefei, Guangdong e Hainan já são irrigados regularmente com a água do mar.

Impulsionado pela maciça entrada de investimentos externos na economia chinesa - no ano passado somaram cerca de US\$ 40 bilhões, chegando a US\$ 662 bilhões o total aprovado em duas décadas, atrás apenas dos EUA na esfera mundial - o comércio exterior continuou crescendo expressivamente, alcançando US\$ 474,3 bilhões. Computados os resultados de Hong Kong e Macau províncias devidamente reincorporadas - o comércio externo chinês deve situar-se agora em 4º lugar no ranking internacional, em seguida a Estados Unidos, Alemanha e Japão. Descartando a nefasta desvalorização da moeda, as exportações chinesas atingiram US\$ 249,2 bilhões, aumentando 27,8%, o melhor índice internacional. As empresas com capital externo - atualmente são 349,5 mil, com destaque para as vinculadas às 400 das 500 maiores multinacionais já instaladas na China - respondem por 47% das exportações. No Brasil, sem qualquer compromisso no ingresso dos investimentos, a participação estrangeira nas vendas externas não chega a 20%. Dispondo de mão-de-obra e

matérias-primas fartas, boas e baratas, contando com a indispensável ajuda dos investimentos externos, a China explora exemplarmente as vantagens do sistema capitalista. Produzindo em massa, a custos reduzidos, vasta gama de artigos manufaturados, pode suprir (inundar talvez seja o termo) a preços imbatíveis os mercados interno e externo. Dessa forma, crescem a economia, o nível de emprego e a riqueza do país, melhorando, conseqüentemente, o padrão de vida do povo. Em decorrência, passaram os chineses a liderar a produção/exportação mundial de muitos artigos industrializados, como bicicletas, brinquedos, roupas, calçados, ventiladores; aparelhos de ar-condicionado, de som e de televisão, geladeiras, telefones e, agora, computadores, entre outros. Para aproveitar as condições favoráveis oferecidas, as principais multinacionais da indústria eletrônica, de informática e telecomunicações programaram elevados investimentos, como Ericsson (US\$ 5,1 bilhões) e Motorola (LJ\$ 3,1 bilhões), além da Microsoft e IBM, o que tornará a China, a curto prazo, a maior fabricante/exportadora desses produtos.

Preparando-se para seu próximo ingresso na Organização Mundial de Comércio, e avançar ainda no mercado internacional, dispõe a China de dois entre os dez, maiores portos do planeta: Xangai, o 3º quanto ao volume de carga (200 milhões t/ano) e Hong Kong, líder na movimentação de contêineres (17 milhões de unidades/ano). Valendo-se da condição de principal produtora de aço, a indústria-chinesa tornou-se também a maior fabricante de contêineres (70% do total universal) e ainda de equipamentos portuários (guindastes, gruas etc.). Para coroar, con-

tando agora com os bons resultados de Hong Kong, a China passou a ser a nação com maior volume de reservas cambiais, US\$ 273 bilhões, ultrapassando o Japão.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 01.02.01, e assinado pelo jornalista Carlos Tavares de Oliveira.

ALCA, O CONTROLE NEOCOLONIAL

As negociações da Alca são muito mais amplas do que as de formação de uma área de livre comércio tradicional. Seus efeitos poderão ser muito mais profundos do que a mera ampliação do comércio de bens e serviços. Assim, as estimativas que vêm sendo apresentadas de quanto aumentariam as exportações brasileiras, e que setores e empresas se beneficiariam com a derrubada de barreiras tarifárias e não tarifárias nos Estados Unidos e nas Américas, discutem apenas a questão mais superficial dessa iniciativa estratégica dos Estados Unidos, a hiperpotência, e ocultam suas principais conseqüências.

A principal conseqüência da Alca será a radical limitação, e até mesmo eliminação, por tratado internacional de que participará a maior potência do mundo, da capacidade soberana do Estado brasileiro de articular, estimular e promover, através de políticas comerciais, industriais, tecnológicas, agrícolas e de emprego, o desenvolvimento econômico, como tal entendidos a acumulação de capital, a diversificação e integração do parque produtivo, o aumento da produtividade e o emprego da mão-de-obra, a redução gradual das disparidades, inclusive regionais, e da vulnerabilidade externa.

O corolário desse processo de redução negociada da soberania será, como é natural, a diminuição da possibilidade de o Brasil promover e defender seus interesses de toda ordem, inclusive políticos e estratégicos, na dinâmica de um mundo multipolar que está emergindo, com a progressiva formação do Estado europeu, a emergência econômica e política da China, futuro maior PIB do planeta, e, em um segundo plano, o Japão, a Rússia e a Índia. Esse mundo multipolar será, como tudo indica, violento, arbitrário e concentrador de riqueza, poder e conhecimento.

O Brasil, por suas características de extenso território, grande população, recursos naturais abundantes, nível de desenvolvimento industrial, capacidade tecnológica, unidade de idioma, ausência de agudos conflitos religiosos e étnicos, reúne condições mais do que suficientes, mesmo quando comparado àqueles países, para participar desse processo de forma autônoma, caso não se deixe incorporar a nenhuma das esferas de influência que se organizam, levado pelas sereias ideológicas do pan-americanismo, do *livre* comércio e da integração.

A Alca tem como seu objetivo central criar um conjunto de regras, que, limitando a capacidade de formular e executar política econômica, incorpora de forma assimétrica e subordinada a economia brasileira ao território econômico (e ao sistema político) norte-americano. Somente remotamente tem ela a ver, na concepção estratégica americana, com os micro, mini, pequenos e médios Estados das Américas.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas capazes de atrair e disciplinar os investimentos estrangeiros, de forma a ampliar a capacidade instalada, es-

timular a criação e integração das cadeias produtivas, promover a transferência efetiva de tecnologia e o fortalecimento do capital nacional. As megaempresas multinacionais poderão vir a adquirir, no espírito do esdrúxulo projeto de Acordo Multilateral de Investimentos, um poder superior ao dos Estados nacionais.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá exercer políticas comerciais, industriais e tecnológicas efetivas, capazes de criar novas vantagens comparativas dinâmicas pelo estímulo ao surgimento de empresas, pois não terá mais nenhuma possibilidade de proteger tais empresas da competição avassaladora das megaempresas já existentes nesses setores, pois não terá mais tarifas e barreiras não tarifárias, em especial e provavelmente em setores de tecnologia mais avançada.

Depois da Alca, o Brasil não mais poderá utilizar o poder de compra do Estado para fortalecer a empresa nacional, desenvolver novas tecnologias, aumentar sua escala de produção e ter empresas capazes de disputar mercados no exterior, em qualquer região do mundo, por não estarem vinculadas aos esquemas de divisão de mercados praticados pelas multinacionais.

Depois da Alca, o Brasil se tornará ainda mais indefeso diante do poder, agora acrescido, dos detentores de tecnologia e não disporá mais dos investimentos necessários para combater os abusos decorrentes do uso anti-social de patentes, como o caso das patentes farmacêuticas revelou de forma escandalosa.

Depois da Alca, não haverá, para todos os fins práticos, mais Brasil, como possibilidade e visão de construção de uma sociedade mais democrática, mais justa,

menos desigual, mais próspera, de acordo com os traços nacionais e culturais que a duras penas os brasileiros vinham construindo ao longo de séculos, contra a crua opressão colonial e, hoje, o sofisticado controle neocolonial.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 20.04.01, e assinada pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

GLOBALIZAÇÃO E LATINIDADE

Os meios tecnológicos e econômicos, nestes tempos de globalização, tornam possível a difusão de preferências de valores culturais, padrões políticos, liames sociais e interesses econômicos. Levada a extremo, a mundialização pode induzir à uniformização de hábitos e preferências, privilegiando países que se sobressaem na estrutura de poder internacional.

É fundamental, pois, que se tenha presente a necessidade de resguardar as características básicas que marcam nossa civilização e a identidade de nações. Daí a importância de manter-se viva a latinidade, isto é, preservar a herança latina para evidenciar que globalização, identidade e memória não se devem contrapor necessariamente nem se autocancelar.

A cultura latina tem como uma de suas principais características a pluralidade. Roma aceitou a diversidade cultural dos povos que integravam o Império para ver seu poderio aceito sem contestação. O cidadão romano era sujeito de direitos e deveres, não importando qual sua origem étnica, seu credo, sua forma de vestir. A isto, aliás, refere-se Sérgio Paulo Rouanet,

no artigo *Por uma latinidade aberta*, ao observar, com propriedade, que a vastidão do Império Romano imbuíu a latinidade das noções de pluralismo e diversidade cultural. O autor recorda o episódio da prisão de Paulo de Tarso, São Paulo, que receberia dos magistrados em Roma tratamento condigno à sua condição de cidadão.

À predisposição natural para a diversidade soma-se, no caso do Brasil, o caráter também pluralista da formação lusitana pré e pós-românica. Gilberto Freyre, ao estudar as características da colonização portuguesa, identifica no colonizador um viés já profundamente mesclado.

A esses povos se juntaram mais tarde os judeus e, principalmente, os mouros, que traziam também raízes multirraciais e culturais africanas. Por isso, na latinidade que o Brasil herdou de Portugal, a pluralidade já veio reforçada, no mesmo sentido, por outros componentes culturais, que a enriqueceram.

A latinidade se tropicalizaria, como também observou Darcy Ribeiro, recebendo componentes culturais indígenas - personalizados, sobretudo, nos *brasilíndios* - e africanos. O caso do Brasil é particularmente relevante, pois fomos, por força da história, beneficiados pela presença africana, que viria reforçar o caráter nacional com a contribuição de diferentes culturas.

Num universo menos propenso à tolerância da diversidade, a incorporação do componente *tropical* requereria um processo histórico necessariamente mais alongado. A latinidade de nossa origem facilitou a absorção mais rápida das novas influências, abrindo-nos uma perspectiva mais dilatada dos trópicos.

A abertura às influências externas e a aceitação do convívio com diferenças continuaram presentes em nossas características nacionais. O forte caráter plural de sua latinidade permitiria ao Brasil, a partir do século XIX, a incorporação do modo de ser de todos os contingentes de imigrantes que aqui, aportaram. De tal sorte esse processo se generalizou que o brasileiro pode dizer, como Jorge Amado: *Sou brasileiro puro-sangue... uma mistura de português, de negro, de índio, de italiano e, possivelmente, em medida igual, de alemão e árabe.* Explica-se, assim, a afirmação de Carlos Fuentes: *Os brasileiros podem comemorar o fato de que formam uma grande nação latina, mestiça.*

A cultura latina continua, ao longo dos séculos, a marcar o mundo, especialmente a civilização ocidental, na França, na Itália, na Espanha, em Portugal, no Brasil, seja nas artes, nas letras, nas ciências, na filosofia, na política. *O projeto Vozes da Latinidade*, que está sendo desenvolvido sob a liderança do professor Cândido Mendes de Almeida, é bom exemplo da recorrência dessa herança.

O Mercosul, por sinalizar a união em torno da inserção internacional de seus integrantes, tem na latinidade significativo reforço a cimentar esse projeto de união que deverá abrir-se, no médio prazo, para toda a América do Sul. Aprofundá-lo será consolidar nossa força como mercado próprio e reforçar sua participação no cenário global.

Nesse processo, a integração também terá forte impacto na divulgação de nossos valores culturais latinos comuns. Passo relevante nesse rumo é a difusão do

idioma português entre nossos vizinhos e do espanhol, no Brasil.

Reprodução de artigo publicado em *O Globo*, edição de 02.05.01, e assinado pelo Senador Marco Maciel, Vice Presidente da República.

O TEMPLO DE DIANA

A destruição das torres gêmeas de Nova York gerou conseqüências tão profundas que só aos poucos o mundo as vai assimilando. No entanto, passada a surpresa inicial, vê-se que nem tudo é tão surpreendente assim, como diz o filósofo (e também arquiteto) francês Paul Virilio que, já em 1993, quando o World Trade Center sofreu um primeiro atentado, com cinco mortos, por intermédio de uma caminhonete cheia de explosivos, falou da fragilidade desse tipo de arranha-céus símbolos que não levam em conta a insensatez de um urbanismo que multiplica as torres gigantescas, aumentando assim sua fragilidade.

Mas não é só no urbanismo que incidem as modificações. Todas as áreas da vida privada ou pública foram atingidas, como por efeito de ondas de repercussão. Nos EUA, fundos públicos estão sendo vertidos em favor de algumas indústrias e do transporte aéreo - coisa inimaginável até há pouco. O governo Bush pensa até mesmo em hostilizar paraísos fiscais, suspeitos de abrigar dinheiro do terrorismo. A Inglaterra cogita de restabelecer a carteira de identidade. Talvez a *Internet* passe por processo de vigilância rigoroso. O Estado adquire papel intervencionista maior. Ninguém escapa

a esse redemoinho, incluindo o Brasil, onde, a começar pela tríplice fronteira no Sul, e passando pela larga fronteira amazônica, medidas de segurança que sugerem até mesmo a reformulação do papel das Forças Armadas.

Tudo isso assinala que a era do *equilíbrio do terror* que durou aproximadamente 40 anos cede lugar ao *desequilíbrio do terror*. A derrubada das torres gêmeas é um ato de guerra histórico, equivalente ao assassinio do arquiduque Francisco Fernando, em junho de 1914, em Sarajevo, quando começou a Primeira Guerra Mundial. Com o desmoronamento da primeira torre em Nova York estalou a primeira guerra da globalização. Na Guerra do Golfo, no início dos anos 90, vivia-se ainda a estratégia de dissimulação, que reclamava zero morto para um lado e camuflava os mortos do outro lado. Já na Primeira Guerra Mundial se dizia que os americanos preferiam lutar por máquinas interpostas enquanto os europeus enfrentavam homens.

A atual guerra contra o terrorismo é uma guerra não clausewitziana: não é substancial, com exércitos, bandeiras e inimigos, mas acidental, na qual tudo é imprevisível, o inimigo anônimo e as ações se assemelham a acidentes. O próprio Clausewitz se preocupou quando Napoleão foi derrotado na Espanha pelos resistentes, porque descobriu que a guerra, quando sai dos limites da guerra, não pode mais ser controlada. A velha guerra que o Ocidente conheceu desde os séculos XVII e XVIII era entre Estados ou coalizões de Estados, com exércitos organizados e uma economia de guerra baseada em cada um deles, e objetivos políticos. No século XIX, a guerra mo-

derna deu ênfase à dimensão e à mobilidade. No século XX, incorporou os exércitos em massa e a guerra revolucionária, portadora de alguns germes da guerra do século XXI. A nova guerra se generalizou no começo dos anos de 1990 em consequência da queda do Muro de Berlim. Os EUA emergiram como potência sem igual, após a dissolução do império soviético. A desigualdade entre adversários deu lugar às chamadas guerras limpas, em que a potência hegemônica operava com avassalador poder aéreo sem expor a vida de seus combatentes.

Na Europa, agora unida, tendo como símbolo o Euro sem fronteiras, o valor da universalização dos direitos humanos pôs em dúvida as soberanias nacionais, em benefício de um governo de funcionários universais e de juizes transnacionais. No atual vácuo político, de perda de legitimidade dos Estados, de desordem crescente e de fragmentação militar, estalam as guerras globalizantes num mundo que ficou pequeno, porque o que ocorre num lugar tem repercussão instantânea nos outros. A televisão consolida a globalização e configura a atitude da opinião pública dos países ocidentais. As novas guerras são guerras de exclusão, baseadas na adesão a princípios de identidade, com diversidade de atores militares que recusam o combate convencional, provocam mais mortes entre a população civil do que entre os próprios combatentes organizados e não reconhecem nenhuma legislação internacional.

Hoje em dia, bandos de pára-militares atuam muitas vezes como franquias dos Estados para fazer o trabalho sujo. Essa terceirização das unidades de com-

bate afeta a economia de guerra porque os combatentes recorrem à extorsão, à pilhagem, ao narcotráfico, para substituir salários que não recebem. Ainda por cima, as novas guerras são causa permanente de ondas migratórias. E são bem mais difíceis de acabar, por causa da cumplicidade dos protagonistas e pela trama econômico-mafiosa que se tece em torno delas.

Avisos não faltam. Todos os países (vide o Brasil nos anos de 1970) sofreram fenômenos de terrorismo, mas o ataque em Nova York é de outra dimensão; é, para falar em termos de Clausewitz, a ida ao extremo da nova guerra. No extremo, a guerra se converte em violência selvagem. *Uma vez derrubadas as barreiras do possível*, dizia Clausewitz, *é extremamente difícil colocá-las de novo em pé.*

O francês André Glucksman, autor de *O discurso da guerra*, lembra que ela deve ser pensada sempre em termos de longa duração, às vezes de séculos. A este respeito citou a maneira como Tucídides pensou a guerra do Peloponeso: durou muitos anos, houve até alguns momentos de paz, mas, no entanto, ele a entendeu como guerra única. É assim que devem ser entendidas as guerras do século XX: um longo processo de desenvolvimento com lógica própria e sucessiva. Os dados são eloqüentes: na guerra de 1914, morreram 80% de militares e 20% de civis; em 1945, as perdas entre civis e militares se equilibraram; hoje, a proporção se inverteu: 80% de civis, 20% de militares.

Glucksman citou, como exemplo de violência destrutiva por excesso, o comportamento de Putin na Chechênia e exemplo de erro por defeito quando Clinton rechaçou o projeto de seqüestro

de Bin Laden. Com exceção talvez de setembro de 1945, ao término da Segunda Guerra Mundial, o mundo não viveu um só mês sem algum confronto bélico, incluindo toda a fase da Guerra Fria. Houve desde então quase 200 conflagrações, das quais nove décimos em países em desenvolvimento. Três em cada quatro casos eram guerras internas ou civis, o que explica que 85% das vítimas foram pessoas não envolvidas diretamente com algum dos bandos beligerantes.

O objetivo não é o exército, é a população civil. Por isso são atacados objetivos simbólicos - a síndrome de Eróstrato. Eróstrato viveu em Éfeso em torno de 350 a.C. No dia do aniversário de Alexandre o Grande, queimou o templo de Diana, símbolo de seu poder, para adquirir a imortalidade juntamente com ele. As Torres Gêmeas são o templo de Diana do início do século XXI.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 30.09.01.

O NOVO THERMIDOR UNIVERSAL

Cinco dias passaram e talvez já me seja possível escrever sobre o que aconteceu na terça-feira com um pouco menos de ódio e horror e, quem sabe, alguma lucidez. Muitos disseram que o mundo não será mais o mesmo e, ao menos até certo ponto, têm razão; o clima político e moral, não só nos Estados Unidos, mas em todo o universo civilizado, mudou; tornou-se mais sombrio, mais severo, mais realista. E vai continuar assim

por algum tempo, talvez até o fim desta primeira década, pelo menos.

A fórmula dos terroristas é diabolicamente simples e até econômica. Desde que se disponha de pilotos-suicidas bastante hábeis para comandar um Boeing e atingir um alvo determinado, a melhor e mais barata das bombas que se pode ter é um avião de carreira, carregado de passageiros e com os tanques cheios de querosene de aviação. Deve-se de preferência escolher aeronaves preparadas para vôos longos, embora domésticos, porque no caso dos vôos domésticos a vigilância das autoridades aeroportuárias é menor. Ainda assim, os assaltantes precisarão de armas para submeter rapidamente a tripulação e os passageiros e, até o momento em que escrevo, não se explicou ainda como os fanáticos de terça-feira puderam subir a bordo armados, ou encontrar nos próprios aviões os instrumentos de que necessitariam. Sabe-se que, num dos vôos, pelo menos (o que atingiu o Pentágono), os terroristas estavam armados de facas, simplesmente. De fato, se usassem armas mais potentes arriscavam-se a explodir sua bomba antes de chegar ao alvo. Chocariam o mundo, mas não levariam o pânico, o horror e a morte a Nova York e Washington.

Pode-se dizer que o chamado terceiro milênio da era cristã não começou no dia 1º de janeiro de 2001, mas na terça-feira, 11 de setembro. Pelo menos, é assim que a História, provavelmente, registrará os fatos contemporâneos. Na manhã daquele dia, em minha casa, vendo na TV o avião que cruzava rapidamente o *écran*, até atingir a segunda torre do WTC, pensei por um instante, um décimo de segun-

do, que podia estar assistindo a uma versão moderna, televisiva, da célebre invasão de Nova York pelos marcyanos, criada por Orson Welles ainda nos inocentes tempos da radiodifusão. Desta vez, entretanto, não era fantasia, era realidade.

Por seu caráter traiçoeiro, sua extrema violência e sua deliberada desumanidade, o ato terrorista tem sido assemelhado a um ato de guerra, e comparado ao ataque a Pearl Harbor, que desencadeou a guerra do Pacífico, há 60 anos. Mas Pearl Harbor teve um óbvio sentido militar; o que os japoneses queriam era o domínio naval do maior dos oceanos. Agora, o que querem os terroristas? Que o mundo se curve diante do seu fanatismo ensandecido? Não é preciso pensar duas vezes para concluir que o que vai acontecer é exatamente o oposto: a forte reação da opinião pública nos Estados Unidos e no universo civilizado mudou o clima político e moral em que vínhamos vivendo, e essa mudança deve ser bem mais profunda e persistente do que se pode supor à primeira vista.

O quadro atual, posterior ao atentado, é comparável ao que tivemos a partir de 1968, depois das rebeliões estudantis que começaram em maio, em Paris, e logo se estenderam ao mundo inteiro, até o massacre de Tlateloco, no México. Vamos atravessar um período de reação conservadora, um novo Thermidor universal, destinado não só a permitir um combate mais firme e eficaz ao terror, mas a corrigir os excessos de permissividade e a virtual anomia que tanto marcaram a vida nas sociedades ocidentais nos últimos anos.

Essa é uma reação que vinha amadurecendo já há tempo e que o atentado de

terça-feira apenas precipitou ou cristalizou. Tudo o que se pode desejar é que as terríveis circunstâncias do momento não levem a ação conservadora a exagerar na dose, como aconteceu em 1969, não só no Brasil, mas na América Latina e em boa parte do Terceiro Mundo. Desta vez, pode-se supor que, até por força da experiência anterior, a democracia e a liberdade estejam mais solidamente estabelecidas e garantidas.

A correção de curso que hoje se desenha deve atingir não só a política e o estilo de governo, mas o comportamento público e a mídia. Vamos nos tornar, quem sabe, menos permissivos e irresponsáveis, mas sóbrios e severos, mais realistas. Oxalá. Os atentados não teriam sido possíveis se as companhias aéreas americanas adotassem o regime da El Al, israelense, em cujos aviões as cabines de pilotagem são blindadas e invioláveis. Mas terroristas têm mil recursos e, se lhe fechamos uma porta, certamente tentarão outra. Pretendemos, hoje, eliminar ou calar os principais focos terroristas, e isso seria possível, ao menos por algum tempo: mas a verdade é que o terror é uma doença, uma patologia social que acompanha os humanos desde o início, desde os primórdios, e da qual não nos livraremos, talvez nunca. Temos a memória curta, mas ainda há bem pouco tempo o chefe de uma seita *perseguida* em Tóquio, injetou um gás mortal no metrô da cidade. Queria matar os habitantes todos como ratos, na hora do *rush*.

São hoje três os grandes focos do terror no mundo: o país basco, a Irlanda e os árabes. Em todos os três casos, embora variem a fúria e a virulência, o alimento e

a substância são os mesmos: o fanatismo religioso ou étnico; o aguilhão de uma terrível injustiça suposta ou verdadeira; a promessa do paraíso (na terra e no céu) graças à destruição do inimigo odiado. E o que complica as coisas é a freqüente cumplicidade entre os grupos radicais, terroristas, militarizados, e setores da sociedade civil, que muitas vezes condenam suas teses e seus atos, mas na realidade lhes dão abrigo e apoio e recursos.

O mal, observava o poeta inglês John Milton, é o bem pervertido. Podemos (devemos) tornar nossos aviões e nossas cidades imunes ao terrorismo. Podemos (certamente devemos) destruir campos de treinamento e prender e condenar seus chefes e chefetes. Mas a batalha pela mente e pelo coração dos homens é mais lenta e difícil; e o pior é que muitas das queixas e recriminações de agora vêm de um passado que não se pode revogar e que custará muito, ainda, antes que possa ser esquecido.

Reprodução de matéria publicada em *O Globo*, edição de 16.09.01, e assinada pelo jornalista Fernando Pedreira.

SAUDADE DE WATERLOO

Quando Timothy McVeigh chamou o cento e tantos que morreram no prédio que ele destruiu para protestar contra o governo americano de *estrágos colaterais*, estava dizendo as apropriadas últimas palavras do criminoso século XX, o século que acabou com a distinção entre alvos *legítimos* e não *legítimos*. Não faltaram chacinas de civis nos séculos anteriores, das legiões massacrando quem se opunha à civilização romana à conquista

genocida da América, passando pelas Cruzadas, quando os soldados cristãos agradeciam a Deus suas vitórias sobre os infiéis com sangue pelas canelas. Mas até os aperfeiçoamentos da arte de matar, no século da tecnologia, os exércitos geralmente se aniquilavam mutuamente e o espectador inocente só precisava temer a eventual bala perdida. Ironicamente, quanto mais precisas ficaram as armas, mais aumentaram os estragos colaterais. Mais difícil ficou ser um espectador inocente.

É famosa - ou não tão famosa, pois não me lembro do autor - a história da mulher que se queixava de um dia particularmente agitado na redondeza da sua casa e do que o movimento constante de cavaleiros e carroças fizera à sua roupa estendida para secar, sem saber que estava falando da batalha de Waterloo, que mudaria a história da Europa. Contam que famílias inteiras da sociedade de Washington pegaram suas cestas para piquenique e foram, de carruagem, assistir à primeira batalha da Guerra Civil americana, em Richmond, e não tiveram baixas. A Primeira Grande Guerra, ou a primeira guerra moderna, mutilou uma geração inteira, mas uma geração de homens de uniforme de combate. Mulheres e crianças foram poupadas. só 5% das mortes na Primeira Guerra foram de civis. Na Segunda Guerra Mundial, a proporção foi de 65%.

Os estragos colaterais da Segunda Guerra se deveram ao crescimento simultâneo de duas técnicas mortais, a do bombardeio aéreo e a da guerra psicológica, Bombardear populações, civis foi adotada como uma legítima tática militar, para atingir a moral do inimigo.

Os alemães começaram, com suas *blitzes* sobre Londres, que tinha importância simbólica como coração da Inglaterra, mas nenhuma importância estratégica. Os foguetes disparados pelos nazistas contra Londres perto do fim da guerra nem podiam ser mirados, caíam quando acabava o combustível. Mas ingleses e americanos também se dedicaram com entusiasmo ao bombardeio indiscriminado, como o que provocou a tempestade de fogo que arrasou a cidade de Dresden, por nenhuma razão defensável salvo a do terror. E os *estragos colaterais* chegaram à sua apoteose tétrica, claro, em Hiroshima e Nagasaki.

Hoje a guerra psicológica é o pretexto legitimador para quem usa o terror por qualquer causa, incluindo o novo e curioso conceito de bombardeio humanitário desenvolvido pela OTAN. E cada vez que vemos uma das vítimas do terror, como o último cadáver de uma criança judia ou, palestina sacrificada naquela guerra especialmente insensata, pensamos de novo nos tempos em que só os soldados morriam nas guerras, e ainda era possível ser um espectador, mesmo distraído como a dona de casa de Waterloo, da história. Ou ser inocente.

Reprodução de artigo publicado na coluna do jornalista Luiz Fernando Veríssimo de *O Globo*, edição de 24.04.01.

SEGURANÇA OU MACARTHISMO?

A terrível ação terrorista que ameaça a humanidade sinaliza que não há segurança absoluta frente à incerteza das relações de força no mundo. O poder

de destruição do mais forte frente ao fraco, sustentado na superioridade tecnológica, se contradiz em face da ameaça do mais fraco, através de atos de terror e da iniciativa imprevisível. Mais detectores, mais sensores, mais mísseis não vencerão um conflito em que o fator essencial é a disposição ao martírio. Embora a maioria dos fundamentalistas não seja terrorista, uma corrente religiosa, com pretensões políticas e sociais, pode proporcionar uma razão para morrer – ou matar.

Quando o conflito militar opõe um Estado a outro ou envolve um grupo de Estados, é possível controlar os enfrentamentos. Mas no caso de um conflito que opõe um Estado a grupos ou indivíduos não identificados, sem território localizado e que atuam com autonomia operacional, a ameaça ao aparentemente fraco torna-se perigosa, difusa e devastadora.

Com certeza o terror não é movido, apenas, por iniciativa de loucos ou tampouco por serem radicais religiosos. Causas diversas, combinadas e sedimentadas ao longo do tempo, tomaram forma num caldo de cultura que serve de motor a tantas ações e reações violentas: séculos de animosidade entre um Ocidente dominante e um mundo islâmico debilitado; poder, riqueza e valores ocidentais, transformando e destruindo padrões de vida em todo o mundo; rejeição das idéias ocidentais de organização econômica e política; mercantilismo generalizado; falta de compreensão e de aceitação da diversidade cultural; carência de entidades internacionais que desenvolvam a capacidade de liderar o sistema internacional, visando a novas formas de cooperação; aumento da exclusão e da desigualdade social com a globalização.

É preciso, portanto, uma ampla negociação política que mude a situação mundial, de forma a que todas as nações tenham garantidas sua segurança e o seu modo de ser. E a saída para o restabelecimento da confiança entre povos é a renúncia à padronização como fruto da mundialização, a busca de valores comuns e a aceitação da diversidade. A reação de vingança dos americanos, gerada pela emoção e pelo pânico, é compreensível num primeiro momento. Agora deve prevalecer a sensatez, para que não se enfatize a questão da segurança de forma estritamente maniqueísta.

Os Estados nacionais se vêem, hoje, invadidos tanto pela violência da globalização como pela globalização da violência. Devem aliar-se para combater o terrorismo, mas só serão vitoriosos se defenderem, juntos, um mundo mais justo. Urge uma liderança mundial que desenvolva a capacidade de organizar um sistema internacional em direção a novas formas de cooperação, respondendo às demandas das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento. A melhor política de segurança para o mundo será sempre a de prevalecer a justiça sobre a força, porque a justiça é o direito reconhecido, e o direito é a razão aceita e respeitada. Medidas antiterroristas, prometidas pelo presidente Bush num pacote enviado ao Congresso, ferirão com certeza direitos civis e humanos assegurados pela Constituição dos Estados Unidos. Decisões como essa reviverão o macarthismo que há décadas perseguiu 6 milhões de pessoas. O projeto da Casa Branca remove barreiras judiciais à escuta telefônica, possibilita a prisão por tempo indeterminado, libera buscas secretas e facilita a deportação de estrangeiros.

Se tais medidas foram aprovadas, está ruindo o edifício civilizacional que depende, principalmente, da confiança entre as pessoas. Está aberta a temporada de caça aos diferentes.

Reprodução de artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 04.10.01, e assinada pelo sociólogo e escritor Carlos Alberto Rabaça.

O PAPEL DAS LEGIÕES

A polêmica sobre poder de polícia das Forças Armadas reacendeu a discussão a respeito do papel dos militares na atualidade. A crise das PMs e suas constantes greves fizeram o exército voltar às ruas. Diante dos desafios dos tumultos, combate ao tráfico de drogas, ocupação de morros, os militares são unânimes em rejeitar esses encargos, como se exclamassem a uma única voz: *não somos polícia*.

Militares são treinados para matar inimigos e destruir alvos, não para investigar e prender. Há outros desafios mais importantes no horizonte, como a consolidação do Ministério da Defesa, profissionalização das Forças Armadas, redução de efetivos ou a busca de novos objetivos. No mundo atual, os militares dependem do desenvolvimento tecnológico dos armamentos, criando crises de identidade que não podem mais ser adiadas.

Até os anos de 1990, antes da criação do Mercosul, o Brasil centrava suas preocupações estratégicas no Cone Sul, assim como, a partir de 1947, a ameaça comunista era o inimigo declarado dos militares. A total distensão no Cone Sul pode ser exemplificada com a entrega, por par-

te do ministro da Marinha argentina, ao colega brasileiro, do Plano Estratégico da esquadra argentina.

O eixo da estratégia militar mudou. O tema de maior apelo hoje é a Amazônia. É atualmente a grande hipótese de conflito. A fronteira desguarnecida torna o Estado brasileiro vulnerável sobretudo pelo potencial desestabilizador de ações de origem externa envolvendo narcotráfico, garimpo, associação com os índios, ou incêndios provocados e outras agressões à ecologia. Soma-se a isto a instabilidade de países fronteiriços como a Colômbia.

O efetivo do Comando Militar da Amazônia é cerca de 20 mil homens - 10% do total. Mas o objetivo do Exército é passar da quantidade de tropas para a qualidade do preparo e do equipamento. Precisa de tecnologia, sensores, interceptadores, armamentos mais modernos, visores noturnos... Ali há de tudo, quadrilhas de narcotráfico, ONGS, missões religiosas - entrando e saindo, sem controle sobre o que levam e trazem. A resposta a essas ameaças constantes, na vastidão territorial, é o SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia).

Isso faz parte da necessidade de definições a respeito do que o governo e a sociedade querem. Democracia por sinal exige definições. A criação do Ministério da Defesa, anunciada já no discurso de posse do presidente Fernando Henrique em 1995, mas adiada por alguns anos em face do desencontro de opiniões dentro das próprias Forças Armadas, preencheu grande lacuna. Hoje a maioria dos militares concorda em que a maior vantagem de ter um Ministro da Defesa é justamen-

te assegurar que ele tome decisões considerando não os interesses desta ou daquela Arma, mas do País. No início de 1998 o presidente perguntou: *É fácil fazer um Ministério da Defesa?* e ele mesmo respondeu: *Não é, mas eu vou fazer e ninguém está vendo crise, queixas ou reclamações.*

Mesmo na Inglaterra, país precursor do controle unificado das três armas, a ideia surgiu ao tempo do conservador Disraeli, em 1856, no reinado da Rainha Vitória, mas sua implantação só se deu na gestão do trabalhista Clement Atlee, sucessor de Churchill, em 1946. Exército, Royal Navy e RAF, no entanto, continuaram desfrutando de grande liberdade de manobra. Extensos debates expuseram o risco de perda do espírito de corpo de cada uma das forças. Só em 1962 o conservador MacMillan obteve de fato a integração completa das forças armadas, abolindo o tradicional cargo de Primeiro-Orde do Almirantado, cassando a autonomia das três forças e instalando a direção unificada no edifício de White Hall. Os tempos de fato são outros: quando se fez uma pesquisa em 182 países, verificou-se que apenas 20 não tinham Ministério da Defesa, nenhum dos quais na América do Sul.

Mudou também o conceito de conflito armado. Na Europa, cenário dos maiores conflitos mundiais no século XX, a guerra entre países soberanos saiu de moda. Conflitos se dão dentro das fronteiras dos Estados nacionais. A estrutura dos exércitos e o perfil dos soldados mudaram profundamente. A tarefa mais provável para os exércitos nacionais passa a ser a intervenção em conflitos localizados, para os quais, em lugar de exércitos numerosos de soldados sem preparação ade-

quada, é preciso contar com contingentes menores de homens bem treinados.

O último inimigo externo enfrentado pelo Exército Brasileiro foi a Wehrmacht alemã, em 1944. As tropas brasileiras se portaram bem na Itália, dando ao Brasil o prestígio de ter sido o único país latino-americano a lutar no teatro europeu. Depois de uma passagem não tão bem sucedida pelo governo - o regime militar - seguramente os militares brasileiros se convenceram de que procurar inimigos, internos ou externos, é coisa do passado.

O caminho agora é a profissionalização, necessidade que obrigou o Exército a criar duas forças especiais. Uma delas é a Força de Pronto Resposta, encarregada de atender solicitação de um dos três Poderes constituídos, por intermédio do Presidente da República. A outra é a Tropa de Paz, preparada para se juntar às forças da ONU em qualquer parte do mundo.

Nos últimos anos diminuíram os gastos com investimento e custeio, de onde são tirados os recursos para o treinamento das tropas e a compra de equipamentos, armas e munições. A maior parte do orçamento militar se destina ao pagamento de pessoal. O Brasil deseja se projetar internacionalmente, ser membro do Conselho de Segurança, mas não quer gastar com isso. A redução das horas de vôo dos pilotos da FAB ultrapassou o limite da segurança. A Marinha desenvolve com lentidão o submarino a propulsão nuclear. Levantamento recente mostrou que o Exército, de 1992 a 1998, envolveu-se em 114 missões subsidiárias, várias delas consideradas sensíveis, como apoio logístico e de comunicações no combate ao tráfico, isolamento de áreas, forças de pacifi-

cação, presença nos morros do Rio, distribuição de água e de alimentos, perfuração de poços e assim por diante.

A atual geração de militares se mostra ansiosa por se dedicar apenas às tarefas profissionais. Hoje em dia o problema é saber quem é o inimigo. Invasão da Amazônia por terra? Quem conhece a Amazônia sabe que isso não é possível, mas ao mesmo tempo os focos de tensão estão lá. Tudo isso é real, é palpável, e está longe da política. Nem mesmo há necessidade de cuidado com a *cólera das legiões* (advertência do centurião romano Marcus Flavinius há 2 mil anos) quando se trata de reivindicação salarial. A democracia criou canais de discussão pelos quais se pode transitar com absoluta segurança - em todos os temas.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 05.08.01.

INIMIGOS OCULTOS

Quando os terroristas atacaram as torres gêmeas e o Pentágono, terça-feira, o Presidente Bush, que estava na Flórida, foi imediatamente levado para a base da Força Aérea de Louisiana, onde, enquanto alguns acontecimentos se desenrolavam, manteve o comando e controle da situação. Viu-se como, em caso de emergência nacional e militar, o binômio *comando e controle* é fundamental e vem em primeiro lugar.

Só depois, quando os fatos tomaram enfim forma, o presidente voltou para a Casa Branca e, a partir daí, se iniciou o contra-ataque sob rígido controle. A ação

terrorista foi de tal monta, pondo em risco a segurança nacional americana, que seus efeitos logo se irradiaram para o mundo, incluído aí o Brasil, onde foi redobrada a vigilância na fronteira tríplice do extremo sul, com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

Ali, nas imediações de Foz de Iguaçu, foram detectados, não há muito tempo, focos de terrorismo que estariam na origem das explosões de prédios ligados ao judaísmo em Buenos Aires. A segurança nacional cada vez se engloba num conceito internacional que exige providências permanentes em qualquer fronteira. Recentemente, o Ministro brasileiro da Defesa, Geraldo Quintão, expressou o conceito de que *as fronteiras brasileiras têm de ser preservadas porque isso significa a soberania nacional*. Sua preocupação era motivada pelo precedente de 1998, quando um avião colombiano invadiu a fronteira brasileira e, sob alegação de razões humanitárias (transporte de feridos), utilizou a pista de pouso de Yauretê para combater guerrilheiros na região de Mitu. Brasil e Colômbia estiveram prestes a protagonizar um incidente diplomático, felizmente debelado a tempo.

Hoje mais do que nunca o papel da Defesa, mesmo considerando os velhos dilemas a respeito de sua função na sociedade brasileira, acresceu-se de novos dilemas resultantes das mudanças no cenário internacional, dos imperativos da democratização do Brasil e da profissionalização das Forças Armadas - sem falar no terrorismo em larga escala praticado em algumas regiões mundiais.

O próprio ministro, diante do episódio terrorista nos EUA, acompanhado

com perplexidade, pela televisão, no mundo, manifestou a crença de que, se deve promover completa mudança nas políticas de defesa dos demais países. Segundo ele, ficou evidenciada a absoluta ineficácia da defesa das nações frente a inimigos ocultos, como os terroristas, *que não agem com a razão*.

Enquanto isso não acontece, o Brasil, ainda segundo o ministro, *está fazendo seu dever de casa*. Há algum tempo vem reforçando o policiamento na fronteira, implantou o Sistema de Vigilância Amazônica (SIVAM), prestes a se mostrar completamente operacional, e alocou novos recursos para o Projeto Calha Norte. A segurança amazônica é indiscutivelmente, sob o ponto de vista militar, o tema de maior apelo. Todos os conceitos caros aos militares, como soberania, presença e operacionalidade, convergem para aquela região. A segurança amazônica cabe só ao Brasil: apesar da imensidão territorial, pode ser de realização difícil, mas não impossível, graças principalmente aos recursos tecnológicos do SIVAM. Em setembro do ano passado, o Presidente Fernando Henrique teve oportunidade de visitar o Complexo Manaus do SIVAM, conjunto de prédios com 29 mil metros quadrados de área construída. Seu principal objetivo é permitir o monitoramento do espaço aéreo da Amazônia Legal, que corresponde a 60% do espaço aéreo do País.

Até os anos de 1990, antes da criação do Mercosul, o Brasil centrava suas preocupações estratégicas no Cone Sul, da mesma forma que após 1947 a ameaça comunista era o inimigo declarado dos militares. O foco de tensões ao Sul está desarmado, ao contrário da Amazônia, enor-

me fronteira desguarnecida que torna o Brasil vulnerável não só a invasões no sentido clássico mas sobretudo devido ao potencial desestabilizador de ações de origem externa envolvendo narcotráfico, garimpo, mescla com índios, incêndios provocados e outras agressões ecológicas.

Sob todos os aspectos a criação do Ministério da Defesa, vista inicialmente com desconfiança pelos chefes das três Armas, hoje começa a dizer a que veio. Nada como um comando único para reordenar as prioridades e estabelecer diálogo amigável com a Presidência da República quando se trata de encaminhar reivindicações das Armas. O próprio texto da Política de Defesa Nacional, de 1996, com o qual o governo ofereceu a base para o planejamento do preparo militar, é considerado hoje insuficiente pela maioria dos especialistas.

O Exército encara duas estratégias como prioritárias: dissuasão e presença. Como a ameaça é indefinida, a força de dissuasão busca o máximo de flexibilidade: tem de ser totalmente profissional, preparada para vários empregos que vão da ameaça interna à externa, passando pelas missões internacionais de manutenção de paz. O objetivo do Exército é passar da ênfase dada antes à quantidade de tropas para a qualidade do preparo e do equipamento. Precisa servir-se mais de tecnologia, sensores, interceptadores, armamentos modernos, visores noturnos. A FAB conduz ambicioso plano de modernização de suas aeronaves enquanto a Marinha desenvolve o submarino a propulsão nuclear e remodelou o porta-aviões *Minas Gerais* para embarcar 23 aviões A-4.

Para manter a estratégia da presença, os militares argumentam que é necessário

manter o atual efetivo de 310 mil homens. Para eles, o Brasil, com 170 milhões de habitantes, tem proporcionalmente menos militares do que os vizinhos. Boa parte das mudanças no papel das Forças Armadas, nos últimos anos, foi precipitada pela reaproximação do Brasil com a Argentina. Com o desaparecimento de inimigos históricos já não se sabe atualmente quem é o inimigo potencial, e residiria aí a dificuldade de estabelecer metas concretas de ação.

Nada é mais indefinido do que o ataque aos dois principais símbolos americanos: o Pentágono e as torres gêmeas. Neste incidente, a estratégia terrorista se valeu de muita inteligência e pouco custo para investir contra a maior potência mundial que se preparava para se defender contra qualquer inimigo com a alta tecnologia do escudo espacial antimíssil e se deixou apanhar de surpresa onde menos esperava.

As hipóteses de conflito são portanto imprevisíveis, ocultas. Daí a importância da adoção do binômio *comando e controle*.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 16.09.01).

OLHO POR OLHO

Enquanto se esgotam ultimatoss e a máquina de guerra dos EUA procura os culpados pela explosão das torres gêmeas e do Pentágono, para efetuar a punição, o Afeganistão, abrigo do suspeito nº 1, Osama Bin Laden, continua na berlinda perigosa. Este país da Ásia Central espremido entre o Paquistão, Irã, e Turcomenistão,

Uzbequistão e Tadjiquistão (antigas repúblicas soviéticas) é um dos mais pobres do mundo e passou os últimos 20 anos em guerra. Aparentemente para ele o pior ainda está por chegar.

Para o Afeganistão que pretende assumir a vanguarda do islamismo, praticando um fundamentalismo que diz puro (pureza que se confunde com o mais patético atraso), pode soar a hora decisiva, porque durante cinco anos concedeu proteção a Bin Laden. Enquanto isto, quase 4 milhões de afegãos, depois da revolução fundamentalista, refugiaram-se no Irã e no Paquistão e prevê-se que, caso os EUA bombardeiem o país, outros 1,5 milhão se juntem aos antigos párias.

Provável vingança dos EUA, no entanto, não seria fácil. No Afeganistão encalham o Império Britânico no século XIX e a URSS no século XX. Somente os mongóis de Gengis Khan conquistaram o Afeganistão. Mas no século XIII. Na desolação de suas montanhas, hoje o país é o principal produtor de ópio do mundo, tem reservas inexploradas de gás natural e é terra de passagem do transporte de petróleo do Golfo Pérsico. A cobiça de algumas potências redundou, na história recente, em centenas de milhares de mortos e expectativa de vida de 46 anos; só 25% dos adultos sabem ler.

Em novembro de 1994 entraram em cena os talibãs (literalmente os *estudantes da religião muçulmana*), cujo sonho de construir, em pleno terceiro milênio, um emirado medieval com base na interpretação rígida do islamismo apagou os esforços de diversos regimes liberais de modernizar o país desde os anos de 1920. Em setembro de 1989, eles entraram em Cabul e seu primeiro gesto político foi

assaltar a sede da ONU, onde se refugiara Mohamed Najibullah, ex-presidente e antigo aliado da URSS, e fuzilá-lo junto com o irmão, para depois pendurar os cadáveres numa praça central.

Era o aperitivo de sua peculiar declaração de guerra às mulheres. Todas as leis a favor delas foram abolidas. Em seu lugar, chegou a proibição de mulheres trabalharem ou freqüentarem escolas, o apedrejamento dos adúlteros, a flagelação dos homossexuais, a amputação das mãos dos ladrões, a proibição do futebol, do xadrez e dos jogos de azar, e o fechamento dos cinemas e da televisão.

A atual aposta é a de se erigir em modelo e guia de uma revolução islâmica mundial. Como no passado, sua defesa, agora contra o Ocidente em geral e os americanos em particular, é a geografia.

Não são poucas as pessoas no Ocidente que dissociam a imagem de talibãs e terroristas da religião islâmica - que é uma religião de paz. A luta contra o terrorismo não é simples, mas tampouco a arrogância de certos líderes religiosos é igualmente simples. A política de provocações do lado de lá incentiva a política do lado de cá de retaliação, igualmente inspirada na bíblia, de *olho por olho, dente por dente*. A verdade é que os EUA, única superpotência mundial remanescente da Guerra Fria, jamais sofreram ataque tão poderoso desde que as forças britânicas incendiaram Washington em 1814. A globalização do terror engendra seus próprios fantasmas.

Reprodução de editorial do *Jornal do Brasil*, edição de 18.09.01.



Diretoria de Assuntos Culturais



Fortaleza de São João

Av. João Luiz Alves, s/nº - Urca

CEP: 22291-090

Tel: 2543-3323, ramais 2056, 2057 e 2058

Fax: 2295-0743

Visitação: (apenas para grupos, com hora marcada)

— de 2ª a 5ª-feira, das 9h às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.

— 6ª-feira, das 9h às 12h

Ingressos: R\$ 3,00